



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 38, de 2025**

Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei Municipal n.º 1.940, de 6 de fevereiro de 2018.

**1 - Do Relatório:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a legalidade do projeto de Lei nº 38/2025 oriunda do Prefeito Municipal de Indianópolis-MG que acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei Municipal n.º 1.940, de 6 de fevereiro de 2018.

O presente projeto visa a adequação a Lei Municipal 1.940/2018 permitindo a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores contratados temporariamente pela Administração Pública Municipal, respeitado o limite mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos proporcionais e devidamente justificados.

Diante da relevância do tema, cabe a esta Comissão emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria.

**2 – Da análise jurídica:**

A iniciativa do projeto é legítima, uma vez que trata de matéria de competência do Poder Executivo, conforme disposto nos arts. 53 e 103 da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, os quais preveem a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme vejamos:



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

---

**Art. 53.** Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

II - criação de cargos, empregos e funções na Administração direta, autárquica e fundacional do Município, ou aumento de sua remuneração;

---

**Art. 103.** A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo limitado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

A alteração proposta não altera o regime jurídico estatutário nem cria cargos ou funções, mas apenas regulamenta a jornada dos contratos temporários, o que está em consonância com os princípios da legalidade, razoabilidade e interesse público.

Em relação à constitucionalidade e legalidade, o projeto está em conformidade com as normas gerais do direito administrativo e a lei orgânica do município respectivamente.

Do ponto de vista da juridicidade, a matéria está redigida de forma clara e coerente, respeitando a técnica legislativa e os princípios da boa administração pública, como eficiência, impessoalidade e moralidade.

**3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:**

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 38/2025, uma vez que atende aos requisitos constitucionais, legais e regimentais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

É o parecer, SMJ.



Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2025.

Janizio Moacir Vaz de Resende  
Relator/Vice-Presidente

Rafael de Almeida Jacó  
Presidente

Welbemar Alves Xavier  
Membro